



“Minha vida, meus mortos, meus caminhos tortos”: a dor e a colaboração da Famílias dos Desaparecidos Políticos da Ditadura Militar no processo de construção da memória

Heloísa Clara Araújo Rocha Gonçalves – UFRGS

Gabriel Hernandes Coimbra de Brito – UFRGS

Valentina Reck de Azevedo – UFRGS

Grupo de Trabalho: GT 2 – Democracia, Conjuntura Política, Sofrimento e Resistências

RESUMO:

A ditadura civil-militar (1964-1985) deixou um saldo oficial de 243 desaparecidos (Brasil, 2014). O processo de redemocratização brasileira, iniciado no final da década de 1970, não significou o fim das marcas deixadas pelo regime autoritário, sendo que, entre os principais legados da ditadura militar, ainda persiste a impunidade dos responsáveis por graves violações de direitos humanos e a falta de memória direcionada aos familiares dos desaparecidos políticos. Esses familiares buscam há décadas reconhecimento, reparação e colaboram para a construção de uma memória nacional, de maneira que se afigura relevante compreender o processo de luta desses familiares ao longo dos anos, a fim de evidenciar as persistências de um período autoritário num Brasil já redemocratizado. Para tanto, o estudo pretende analisar a atuação das famílias dos desaparecidos políticos no período da ditadura civil-militar para a construção da memória coletiva a partir da redemocratização, em 1988. A pesquisa adota abordagem qualitativa, de natureza documental e bibliográfica, orientada pela sociologia histórica, que permite compreender a continuidade dos padrões autoritários no Brasil contemporâneo e suas repercussões sobre o sofrimento e a resistência social. Os principais referenciais teóricos que embasam esta pesquisa são Endo (2016); Fustinoni; Caniato, (2019); Gallo Cabrera, (2012); Santos; Mascarenhas Santos; Sales, (2022), que tratam das interfaces entre trauma, resistência e construção da verdade. Como resultado parcial, verifica-se que a mobilização dessas famílias constitui não apenas um movimento de reivindicação de justiça, mas também um pilar fundamental na formação de uma consciência histórica e democrática, enfrentando a negação e o esquecimento impostos pelo autoritarismo.

Palavras-chave: Ditadura Civil-Militar Brasileira, Famílias, Desaparecidos políticos, Memória.



1. INTRODUÇÃO

A República Federativa do Brasil, desde sua gênese, tem sua história marcada por autoritarismo, tendo vivenciado períodos coloniais, escravocratas e ditatoriais. Dentre os anos de 1964 e 1985, o Estado Brasileiro viveu sob uma ditadura militar. De acordo com o Relatório da Comissão Nacional da Verdade-CNV, volume III, foram confirmados 434 mortes e desaparecimentos de vítimas da ditadura militar, sendo, desse total, 191 mortos, 243 desaparecidos e 33 desaparecidos que tiveram seus corpos encontrados e identificados (Brasil, 2014). O processo de redemocratização brasileira, iniciado no final da década de 1970, não significou o fim das marcas deixadas pelo regime autoritário. Entre os principais legados da ditadura militar está a impunidade dos responsáveis por graves violações de direitos humanos e a dificuldade em construir uma memória coletiva dos familiares dos desaparecidos políticos, eis que essa memória é multifacetada e inclui tanto lembranças das vítimas e opositores ao regime, como daqueles que apoiaram e se beneficiaram do regime civil-militar. Nessa disputa de memórias, o negacionismo exerce função relevante ao negar, distorcer ou minimizar fatos históricos (Valle; Lima, 2024). Essas famílias, que há décadas buscam reconhecimento e reparação, transformaram suas dores e seu luto em uma luta, exigindo que o Estado brasileiro assuma a responsabilidade pelas mortes e desaparecimentos ocorridos durante o regime, colaborando para a construção de uma memória nacional. Silva e Féres-Carneiro (2012) explanam que a impossibilidade da elaboração do luto desses familiares foi intensificada com a Lei da Anistia (Brasil, 1979), que reforçou a ausência do reconhecimento social dos desaparecidos. Com a divulgação das primeiras listas de mortos e desaparecidos, os familiares enfrentaram ataques diretos de setores governistas ou de seus apoiadores, que passaram a apresentar informações irreais acerca do paradeiro dos desaparecidos, dando a entender que haviam fugido do país e viviam com identidade falsa no exterior (Brasil, 2010, p. 62–63).

Essas famílias encontram obstáculos em sua luta, obstáculos esses advindos do autoritarismo político ainda persistente. O autoritarismo é aqui compreendido nos termos de Baggio, Berni e Carpenedo (2024), que o definem



como um fenômeno de dominação sócio-política derivado de configurações sociais hierárquicas que historicamente mantêm-se constantes, não obstante a ocorrência de processos fundacionais pós-coloniais, que empregaram mecanismos constitucionais de reconhecimento da igualdade formal. Essa continuidade se mostrou possível através da utilização de meios como a força, poder político e econômico.

Em termos metodológicos, parte-se da seguinte pergunta de pesquisa: qual o papel das famílias dos desaparecidos políticos durante a ditadura civil-militar do Brasil para a construção de uma memória coletiva a partir da redemocratização? Como objetivo geral, pretende-se compreender a atuação dessas famílias na construção de uma memória coletiva voltada ao reconhecimento das violações cometidas por agentes da ditadura civil-militar no Brasil desde a Assembleia Nacional Constituinte até os dias atuais, quais os espaços ocupados por esses familiares e compreender como essa atuação se transformou em luta política. Por meio da abordagem da sociologia histórica, aqui concebida como uma metodologia de investigação de processos de longa duração (Braudel, 1965), pretende-se aferir como a atuação dos familiares mostra permanências de traços autoritários nas estruturas institucionais do Estado e sua influência na formação de um conservadorismo político contemporâneo que resiste à ampliação de direitos e à consolidação da memória democrática. Será possível compreender como essas continuidades históricas moldaram as dinâmicas de poder, a relação entre Estado e sociedade civil e as formas de sofrimento e resistência vivenciadas por essas famílias ao longo de décadas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico desta pesquisa ancora-se nas reflexões de Gallo Cabrera, (2012), que compreende a memória como um campo ético e político de resistência diante das formas de esquecimento impostas pelo autoritarismo. Para o autor, lembrar é um ato de insurgência contra o silêncio e a impunidade, pois a memória não se limita a uma reconstrução do passado, mas constitui uma prática social e coletiva que reconfigura o presente. A partir dessa perspectiva,



o trabalho analisa as ações da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos (CFMDP) como expressão concreta dessa ética da lembrança, na medida em que seus integrantes, ao reivindicarem o reconhecimento estatal das violações cometidas durante a ditadura civil-militar, pelo paradeiro dos seus entes queridos ou dos corpos e das certidões óbito com o real motivo da morte destes, lutam também pela preservação da verdade histórica e pela responsabilização dos agentes do Estado. Com efeito, a memória se torna um instrumento político de enfrentamento ao autoritarismo, atuando não apenas na reconstituição das trajetórias interrompidas, mas na construção de uma cultura democrática baseada no reconhecimento e na justiça.

Além disso, as contribuições de Silva; Féres-Carneiro (2012) e Endo (2016), articuladas com as análises de Santos; Mascarenhas Santos; Sales (2022) permitem compreender o sofrimento e o luto das famílias dos desaparecidos políticos como dimensões inseparáveis da luta por verdade e reparação. Esses autores evidenciam que a ausência de um desfecho concreto, a exemplo da não localização dos corpos e a negação do reconhecimento estatal, impede a vivência do luto, como psicologicamente ele necessita ser vivenciado, assim como prolonga o trauma. Endo (2016) aprofunda essa reflexão ao tratar o desaparecimento forçado como uma estratégia de violência que ultrapassa o corpo físico, atingindo também a linguagem, a subjetividade e o laço social, perpetuando o sofrimento pela inércia do Estado diante de suas obrigações internacionais em matéria de direitos humanos. Desta feita, o referencial teórico adotado nesse trabalho permite compreender que o luto inconcluso das famílias se transforma em resistência ativa e que a busca por memória e justiça é, ao mesmo tempo, um processo político e terapêutico de reconstrução simbólica diante das marcas persistentes do autoritarismo.

3. METODOLOGIA

No que tange à abordagem metodológica, ao se conceber as ditaduras militares de como eventos transitórios, inseridos em tradições autoritárias de larga duração, que se utilizaram de diferentes mecanismos de conservação das hierarquias e padrões sociais, se faz uso da abordagem da sociologia histórica,



no sentido de considerar que o legado autoritário resiste às transformações da sociedade e integra um fenômeno social e temporalmente mais amplo (Skocpol, 1984, p. 376). A problematização do modo de uso da violência pelo Estado contra os direitos humanos é aqui analisada diante da estrutura do Estado e suas instituições, submetidas a constantes processos de transformação social em um longo período, “de modo que se possa compreender a relação entre a ação humana e a organização social como algo que se constrói de forma contínua no tempo” (Baggio; Berni, 2023, p. 1063).

Nesse sentido, para responder à pergunta de pesquisa, pretende-se examinar a atuação dos familiares de desaparecidos políticos em espaços institucionais na Assembleia Nacional Constituinte e no Congresso Nacional até os dias de hoje, bem como as articulações desses familiares na Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), instituída pela Lei 9.140, de 4 de dezembro de 1995 (Brasil, 1995). Em um primeiro momento, pretende-se fazer uma ampla revisão da literatura para compreender os espaços em que os familiares reivindicaram reconhecimento e responsabilização pelos desaparecimentos para, depois, analisar documentalmente as Atas da Assembleia Nacional Constituinte (ANC) e compreender em que medida esses familiares se fizeram presentes ou representados na ANC, em que termos colocaram as suas manifestações e como suas pautas foram acolhidos naquele momento, realizando o mesmo procedimento de análise nos anais do Congresso pós-1988 e nas atas da CEMDP.

A partir dessa análise, pretende-se mostrar a construção de uma memória coletiva compartilhada por essas famílias em espaços institucionais, a qual será depois confrontada com a reiterada recusa do Estado brasileiro em identificar e responsabilizar aqueles que agiram em nome da ditadura civil-militar contra essas vítimas.

4. RESULTADOS/DISCUSSÃO

Essa é uma pesquisa em andamento, de maneira que os resultados são parciais. Tais resultados demonstram que a luta das famílias dos desaparecidos políticos consolidou-se como uma das principais forças de resistência civil após



a ditadura. Há anos a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos empreende esforços na tentativa de romper com o silêncio imposto pelo Estado. A Lei nº 9.140/1995, que reconheceu oficialmente a responsabilidade do Estado pelas mortes e desaparecimentos, e posteriormente, é fruto dos esforços dessas famílias. O Relatório da Comissão Nacional da Verdade (Brasil, 2014), que listou 434 vítimas da ditadura militar, não teria sido possível sem a ajuda desses familiares. Do mesmo modo, a Resolução 601/2024 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que determinou a retificação das certidões de óbito de vítimas da ditadura é resultado direto da persistência dessas famílias, que resistiram por décadas à negação institucional da verdade.

A dor dessas famílias, marcada por décadas de incerteza e ausência de corpos, transformou-se em ação política. O sofrimento individual se tornou coletivo, alimentando movimentos sociais que, ao reivindicarem memória e verdade, também defendem o fortalecimento da democracia.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das conquistas simbólicas alcançadas por essas famílias ao longo das últimas décadas, a permanência do autoritarismo nas práticas políticas e o negacionismo histórico mostram que a redemocratização não conseguiu promover uma ruptura plena com o legado da ditadura, bem como que esses cidadãos ainda precisaram resistir à indiferença estatal e ao conservadorismo social.

As batalhas dessas famílias transcendem a busca pessoal por justiça, ao passo que reafirmam valores democráticos e a necessidade de o Estado reconhecer suas próprias violências. O percurso dessas famílias, ressignificando a dor em mobilização, tem construído uma memória ativa que confronta o silêncio.

REFERÊNCIAS

BAGGIO, R. C.; BERNI, P. E. Breves ajustes à contribuição da sociologia histórica ao constitucionalismo latino-americano. **Revista Direito e Práxis**, [s. l.], vol. 14, nº 2, p. 1052–1078, 2023. Disponível em:



http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S217989662023000201052&lng=pt. Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Disponível em: <https://cnv.memoriasreveladas.gov.br>. Acesso em: 15 out. 2025.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (org.). **Habeas Corpus: que se apresente o corpo**. 1. ed. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

BRASIL. Lei n.º 6.683, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, 28 ago. 1979. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm.

BRASIL. Lei n.º 9.140, de 4 de dezembro de 1995. Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, 5 dez. 1995. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9140.htm. Acesso em: 15 out. 2025.

BRAUDEL, F. História e Ciências Sociais: a longa duração. **Revista de História**, [s. l.], vol. 30, nº 62, p. 261, 1965. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/123422>.

ENDO, P. C. Sonhar o desaparecimento forçado de pessoas: impossibilidade de presença e perenidade de ausência como efeito do legado da ditadura civil-militar no Brasil. **Psicologia USP**, [s. l.], vol. 27, nº 1, p. 8–15, 2016.

FUSTINONI, C. F.; CANIATO, A. O luto dos familiares de desaparecidos na Ditadura Militar e os movimentos de testemunho. **Psicologia USP**, [s. l.], vol. 30, 2019.

GALLO CABRERA, C. A. Do luto à luta: um estudo sobre a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil. **Anos 90**, [S. l.], v. 19, n. 35, p. 329–361, 2012. DOI: 10.22456/1983-201X.29101. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/29101>. Acesso em: 13 out. 2025

SANTOS, G. S.; MASCARENHAS SANTOS, N. D.; SALES, R. J. Processo de luto de familiares de desaparecidos políticos na ditadura militar brasileira. **Interação em Psicologia**, Curitiba, Paraná, Brasil, v. 26, n. 2, 2022. DOI:

10.5380/riep.v26i2.79006. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/79006>. Acesso em: 23 out. 2025.

SILVA, M. R. N.; FÉRES-CARNEIRO, T. Silêncio e luto impossível em famílias de desaparecidos políticos brasileiros. **Psicologia & Sociedade**, [s. l.], vol. 24,



nº 1, p. 66–74, 2012. Disponível em:

<https://www.google.com/search?client=safari&rls=en&q=SILVA%2C+M.+R.+N.%3B+FÉRES->

CARNEIRO%2C+T.+Silêncio+e+luto+impossível+em+famílias+de+desaparecidos+p
olíticos+brasileiros.+Psicologia+%26+Sociedade%2C+%5Bs.+I.%5D%2C+vol.+
24%2C+no+1%2C+p.+66–74%2C+2012.&ie=UTF-8&oe=UTF-8. Acesso em:
15 out.2025.

SKOCPOL, T. *Emerging Agendas and Recurrent Strategies in Historical Sociology*. In: SKOCPOL, T (org). **Vision and Method In Historical Sociology**. [S. l.]: Cambridge University Press, 1984. p. 356-391.

VALLE, M. R.; LIMA, D. B. O PAPEL DA MEMÓRIA COLETIVA NA SOCIEDADE

BRASILEIRA: 1964 e os Impactos da Ascensão do Negacionismo Histórico na Educação Brasileira. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, [s. l.], vol. 12, nº 1, p. 131–144, 2024. Disponível em:
<https://www2.faac.unesp.br/ridh3/index.php/ridh/article/view/295>. Acesso em:
18 out. 2025.